

Dossier: The university as an agent of cultural, social and economic development

Dossier: La universidad como agente de desarrollo cultural, social y económico

Esta edição da NUPEM reúne textos de autores profundamente comprometidos com o bem comum, através de suas atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão, pessoas de enorme generosidade. São reflexões de proeminentes gestores, professores e pesquisadores, que se dedicaram e se dedicam no contexto de suas universidades (ex-reitor, ex-pró-reitores e pró-reitores, professores, pesquisadores, brasileiros e estrangeiros de grande renome) e, em órgãos de apoio e fomento, como na CAPES e na Fundação Araucária (presidente, ex-presidente e ex-diretores, ex-coordenadores, coordenador de área, servidor e consultores) que aceitaram o desafio de contribuir com sua experiência e reflexão em momento tão especial de nossa história recente.

O ano de 2020 ficará marcado na história da humanidade pela Pandemia do Covid-19, que até a presente data, registra quase 70 milhões de infectados e mais de 1.5 milhão de óbitos no mundo. O mundo globalizado pelos fluxos de informações, pelos transportes rápidos, pela economia, se vê também, em 2020, território comum de uma doença, que desafia a ciência, a razão, os processos políticos, de gestão, educativos, a cidadania, a civilidade e, até mesmo, a noção de humanidade.

Mas 2020 não está isolado no tempo. Embora a Pandemia constitua fenômeno temporal desse ano, as condições, atitudes, postura, assertividade e preparo para o seu enfrentamento, que conformam a atualidade, são sínteses de processos históricos, de transformações e avanços tecnológicos, de metamorfoses sociais, culturais, políticas e antropológicas. Estamos na Era do antropoceno, o reconhecimento dos impactos das atividades humanas sobre o planeta; do reconhecimento da importância das outras formas de vida, como subsídio para a nossa vida, mas também por seu valor intrínseco.

Vivemos na época que busca a igualdade de gênero; a igualdade de raças; a não violência; a liberdade religiosa; a democracia plena. Vivenciamos o período de domínio tecnológico e digital, quando presenciamos diariamente a mediação tecnológica das relações humanas e econômicas; a desmaterialização da economia e a redefinição de espaços e tempos. Todos esses acontecimentos têm um elemento em comum: o desenvolvimento dos diversos ramos científicos, das ciências da vida, das humanidades, das exatas e tecnológicas.

A ciência proporciona, na atualidade, o fenômeno que Morin e Kern (1995, p. 42), descreveram como “teleparticipação planetária”, a Terra vista da Terra, numa alusão à Terra vista da Lua. Assistimos quotidianamente os acontecimentos em todos os cantos do mundo. Suas realizações, suas tragédias, suas virtudes, seus vícios, seus avanços, seus retrocessos.

Não obstante às suas virtudes, a atualidade e, em especial 2020, revelam que as ciências no seu conjunto e em suas especificidades, têm grandes desafios pela frente. Desafios inerentes ao próprio estágio de seu desenvolvimento e, desafios provenientes das forças ultra conservadoras e obscurantistas que não aceitam parte do cardápio científico, da sua função precípua, principalmente àquela que pelas tecnologias ou pela reflexão, abre mentes e coloca em xeque verdades e crenças.

No primeiro caso, o atual estágio de desenvolvimento tecnológico trás desafios importantes, que vão desde a compreensão do papel da tecnologia como parte da condição humana, com impactos ainda desconhecidos, sobre a psique, e sobre as estruturas sociais, políticas, culturais e antropológicas, de estados, da economia e da própria produção e gestão do conhecimento. No segundo caso, os desafios são compreender e lidar com as resistências, com negacionismos, com os interesses instituídos que ainda sobrevivem do obscurantismo e da ausência de conhecimento da realidade que a ciência proporciona. Todas as características positivas acima mencionadas, já foram consideradas absurdas em alguma época e o seu oposto já foi comum e universalmente aceito. As perturbações trazidas pela Pandemia, no entanto, são um teste importante à marcha dos avanços científicos e sociais que vinham em curso. Um desafio *sui generis*, quando o retorno do obscurantismo e difusão do negacionismo, se usam dos próprios artefatos científicos e tecnológicos para negá-los.

Esses dois desafios estão particularmente postos para as universidades públicas e de natureza pública, brasileiras e latino-americanas, onde se produz quase todo o conhecimento científico dos países dessas regiões. Portanto, torna-se oportuno e necessário refletir sobre o lugar, o papel e a organização da universidade na estrutura de produção de conhecimento nessas sociedades. Cumpre refletir sobre sua influência e contribuição nos processos de desenvolvimento, em sentido amplo, como formadora de pessoas e competências, produtora e difusora de conhecimento.

Essa edição do Dossiê é uma pequena fagulha da reflexão que se impõe na atualidade e buscou trazer algumas ideias, com um conjunto de textos contundentes em relação aos desafios e às mudanças necessárias na universidade para continuar contribuindo para o desenvolvimento. Essas ideias e reflexões, podem ser caracterizadas quanto a importância precípua da reflexão autônoma no contexto do ensino e da pesquisa no âmbito das universidades e; sobre a necessidade de sua atualização, adaptação e transformação, tendo em vista continuar sendo assertiva no enfrentamento dos seus desafios, como alicerce de desenvolvimento.

Os textos estão publicados numa sequência que busca a complementaridade das reflexões. Com efeito, não representam uniformidade de pensamento, tampouco convergem para visão unívoca. Em comum, porém, trazem três elementos, ressaltados com menor ou maior intensidade pelos autores: a) importância da universidade como alicerce de desenvolvimento; b) a importância da autonomia de pensamento como elemento fundante do ser universidade; c) a necessidade de se reinventar para enfrentar os desafios que emergem do próprio conhecimento desenvolvido, das forças que historicamente resistem à mudança e à inovação ou, da sua incapacidade frente a novos problemas e demandas provenientes da sociedade em sentido amplo.

Assim, a sequência inicia com a reflexão de Faria e Walger que trazem uma discussão sobre o lugar da avaliação concreta da universidade pública brasileira. Abordam duas referências: como instituição social e lugar privilegiado dos modos sociais dominantes, contraditória e historicamente elitista, socialmente excludente, é considerada uma instituição estratégica no desenvolvimento das forças produtivas e; a universidade como referência social, ambiente autônomo de reflexão e de questionamento dos processos de desenvolvimento, suas desigualdades e mazelas, como espaço democrático, inclusivo, crítico e também voltado às demandas sociais, e não apenas aos sistemas produtivos. A primeira referência sempre foi dominante, enquanto a segunda ganhou espaço mais recentemente, mas tem sofrido resistência.

Esse conflito entre a autonomia na produção de conhecimento e a demanda social é também tratada na experiência pessoal do Prof. Raynaud. Ele relata sua aventura como antropólogo na África, refletindo sobre três questões que considera fundantes no fazer científico: as demandas que se originam na sociedade são inerentes aos conflitos entre as exigências intelectuais do cientista e do cidadão; a independência do pesquisador, o livre pensar é a chave da criatividade do cientista e; o destino do conhecimento científico desenvolvido é imprevisível. O texto procura responder a essas três perguntas, deixando claro que se por um lado, quase sempre o destino do saber científico na sociedade foge do controle do pesquisador, ganhando vida própria e, portanto, não é algo que ele possa controlar, por outro lado, o fazer científico não pode prescindir da autonomia de pesquisa, e os resultados, mesmo que tendo que atender à sociedade que o financia, não podem ser exclusivamente influenciados por essa, mas também pela ética e cidadania inerentes à ciência.

As reflexões dos dois primeiros textos, remetem a outro fenômeno contemporâneo que aflige a universidade, o desencantamento e desvalorização das humanidades na sociedade e no contexto universitário, colocando em dúvida métodos, epistemologias e resultados. Essa temática é tratada por Dutra e Silva e Fernandes, que buscam discutir a partir de diversos questionamentos o porquê dos ataques às ciências humanas e porque se quer prescindir das humanidades na construção e consolidação da universidade como artífice de desenvolvimento. A análise é que não é apenas uma ameaça aos fundamentos humanistas que ergueram os pilares do conhecimento moderno, mas também a autonomia da ciência e à sua função precípua, principalmente na sua perspectiva democrática de inclusão e equidade. Por outro lado, é também necessário que as humanidades, sem abrir mão da autonomia de reflexão, se reinventem constantemente em função dos grandes problemas contemporâneos, uma vez que são fundamentais para seu enfrentamento. Parte dessa reinvenção é a cooperação e coprodução inter e transdisciplinar entre as próprias ciências humanas e sociais, com outros ramos da ciência e com a própria sociedade.

De forma semelhante, Jacobi, Valdanha Neto e Abreu Netto abordam a universidade como um ponto de convergência e motor privilegiado de aspectos do desenvolvimento cultural, social e econômico de uma nação. Por isso, é também protagonista no enfrentamento de grandes problemas que emergem de tempos em tempos. Especificamente abordam as emergências socioambientais que demandam

pesquisa e ensino interdisciplinares capazes de formar novos profissionais com habilidades de pensamento complexo e analítico para lidar melhor com a multicausalidade dessas questões. Focam no papel da universidade perante esse cenário, por meio da argumentação da inexorabilidade das questões socioambientais contemporâneas, e apontando possíveis caminhos de transformação em diálogo com a ciência pós-normal e ciência cidadã de modo interdisciplinar.

A coprodução é também o foco de Pacheco, Santos e Wahrhaftig, que apresentam e discutem o contexto, com complexos desafios do século 21, na sociedade digital contemporânea, a serem enfrentados pelas universidades. “Para a educação superior, de um lado, a transformação digital apresenta intensa demanda por modificações estruturais nas formas de ensino e aprendizagem (Educação Digital Modo 1) e, de outro, oferece uma gama de mecanismos para modificação das estruturas organizacionais das instituições de ensino (Educação Digital Modo 2)”. Propõem “mudanças organizacionais culturais e estruturais, entre as quais se destacam-se as capacidades relacionais de coprodução com os demais atores do ecossistema socioeconômico (i.e., na sociedade digital a publicação acadêmica valiosa revela conhecimento coproduzido)” (Pacheco; Santos; Wahrhaftig, 2020, p. 94).

A sociedade digital, também é abordada por Freire e Bresolin. As autoras discutem a necessidade de desenvolvimento de novas competências ao corpo da tríade educacional, principalmente aquelas para o enfrentamento de um mundo essencialmente digital. Novas competências que precisam ser desenvolvidas por alunos, professores e a própria instituição de Ensino Superior, para apoiar a formação de uma geração de nativos digitais. Segundo as autoras, são necessários métodos e currículos para esse novo processo de formação.

O compromisso social da universidade é debatido por Ultramari e Levy, no contexto de cidades ou regiões em que se inserem. Os autores reconhecem a influência mútua na formação de ambas, identificam encontros e desencontros que dificultam a apropriação por políticas públicas da gestão urbana e regional, dos conhecimentos gerados nas universidades. Concluem que há preconceitos recíprocos e incompreensões entre cientistas e gestores locais, que acarreta dificuldade na transferência e aplicação dos conhecimentos desenvolvidos e que avanços são necessários dos dois lados.

Na sequência, são apresentadas três experiências ou histórias específicas de universidades. Trevisol apresenta a UFFS, exemplificando o que Faria e Walger defendem como universidade de referência social, descreve o protagonismo exercido pelos movimentos sociais (MS) na formulação de políticas públicas de democratização do acesso à Educação Superior no Brasil. Segundo o autor, as universidades vêm sendo desafiadas a se democratizarem de dentro para fora e de fora para dentro, a luz do conceito de “universidade pública e popular” modelo que se diferencia tanto do humboldtiano como do gerencial.

Da mesma forma, Parra, Zaror e Rojas, trazem a experiência da Universidade de Concepción (UdeC) e seu vínculo com o desenvolvimento regional e do Chile. Destacam principalmente a cooperação multi e interdisciplinar, face aos grandes desafios impostos pelo atual modelo neoliberal e da globalização,

onde o vínculo da universidade com a sociedade e as suas instituições surge como um fator decisivo e estruturante das suas atividades e projeção futura para uma sociedade sustentável.

E, Coelho, Sossai e Oliveira, relatam a história da Universidade da Região de Joinville (Univille) como um caso emblemático, em que o desenvolvimento da região foi acompanhado pelo desenvolvimento da universidade e que essa resistiu, mantendo a sua missão, às mudanças políticas do país ocorridas nos últimos 50 anos. Os autores destacam as diversas ressignificações teóricas e contextuais de desenvolvimento do período, não sequencial e não linear, com conflitos e paradoxos nas “múltiplas relações entre a universidade, o poder público, os setores empresariais e a sociedade local” (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020, p. 219-220) e, portanto, (re)conceituação de desenvolvimento regional e no papel da universidade.

No Brasil, a pós-graduação constitui parte importante da contribuição da universidade e da ciência para o desenvolvimento. O desenvolvimento desse processo é tratado por André Brasil, que relata a construção do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) tratando de sua concepção, no contexto de conjunturas e decisões políticas que moldaram sua evolução. O autor traz um amplo e completo panorama do SNPG na atualidade, dando a dimensão de sua grandeza e importância, organização, distribuição no país, assim como das características do corpo docente e discente. A análise empreendida por Brasil traz um panorama amplo e detalhado do esforço empreendido no país com resultados muito positivos.

De forma complementar, Baeta Neves, McManus e Carvalho, discutem profundamente o sistema brasileiro de pesquisa e pós-graduação e, assim como Brasil, a consideram como um caso de sucesso, nacional e internacionalmente, e estratégico para o desenvolvimento do país. Tal sistema foi impulsionado por uma estrutura sólida de financiamento e avaliação, instituída que resultou numa ciência articulada aos grandes problemas nacionais, contribuindo para diminuir assimetrias regionais. Ao mesmo tempo, a produção científica brasileira melhorou em quantidade e qualidade. Por outro lado, os autores alertam que mudanças dentro das instituições precisam aumentar a eficiência e favorecer a produção de pesquisa de relevância e impacto. É necessário um passo seguinte, que emerge da história construída, como um amadurecimento necessário.

Sampaio, Kniess, Corbari, Philippi Junior e Sobral analisam e refletem sobre a contribuição da pós-graduação brasileira na área de avaliação de Ciências Ambientais (CiAmb) da CAPES à sociedade, no processo de incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir da análise realizada, apontam esforços, e contribuições da pós-graduação no atendimento da Agenda 2030, caracterizando a relevância e importância da Área de Ciências Ambientais na formação de talentos humanos e contribuição ao desenvolvimento sustentável do país.

No mesmo sentido, Malheiros, Kashwagi, Ortênio Filho, Silva, Martinelli Filho, Cavalcante e Santana, apresentam e exploram os desafios e aprendizado da REDE PROFCIAMB, enquanto um exemplo positivo de resposta da pós-graduação brasileira frente aos desafios de alinhamento ao desenvolvimento sustentável. O artigo aborda a construção interdisciplinar de uma cultura do mestrado

profissional; a estruturação e integração da rede; a interface com a extensão enquanto processo de aprendizagem e impacto social a partir dos produtos educacionais desenvolvidos, atuando inclusive em regiões de vulnerabilidade socioambiental.

Espera-se, que as reflexões aqui apresentadas, ora convergentes ora divergentes, possam ter consequências positivas para que a universidade continue sendo espaço autônomo de reflexão, de divergências e sobretudo de produção de conhecimento. Que cada vez mais avance, conectada e atenta aos fenômenos sociais e ambientais e às demandas socioeconômicas dos diversos setores.

Além dos textos aqui publicados, a chamada da NUPEM para o Dossiê “A universidade como agente de desenvolvimento cultural, social e econômico” teve grande adesão, recebendo número significativo de contribuições, que foram avaliadas por pares e serão publicadas na próxima edição (v. 13, n. 28), em janeiro de 2021.

Por fim, um agradecimento especial ao Prof. Frank Mezzomo, Editor da Revista NUPEM, pelo convite para coordenar essa edição, abrindo espaço para as discussões aqui publicadas. Agradecimento também pelo imenso trabalho na edição e coordenação das revisões e editoração, necessárias, por ele realizado.

Boa leitura e profícuas reflexões.

Valdir Fernandes

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Referências

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre. Editora Sulina. 1995.